

CORREIO NACIONAL



Consulta pública receberá sugestões até 4 de abril

ANS sugere criar planos para consultas eletivas e exames

A Agência Nacional de Saúde Suplementar prevê cobertura em todas as especialidades médicas para os usuários, mas sem acesso a pronto-socorro, internação e terapias. (ANS) elaborou proposta voltada para a criação de planos de saúde voltados estritamente para consultas eletivas e exames. Os usuários teriam cobertura em todas as especialidades médicas, mas sem acesso a pronto-socorro, internação e terapias.

A realização de consulta pública para colher opiniões da sociedade sobre a proposta foi aprovada na segunda. Os interessados poderão apresentar contribuições entre os dias 18 de fevereiro e 4 de abril. Os documentos que detalham a proposta devem ser disponibilizados ainda nesta semana. Além disso, foi marcada para o dia 25 deste mês uma audiência pública sobre o tema. Segundo a ANS, os novos planos seriam uma alternativa mais barata para os consumidores.

CNU convoca 2ª leva de candidatos

O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) divulgou, nesta terça-feira (11), a segunda convocação para cursos de formação de cargos dos blocos temáticos de 1 a 7 de nível superior do Concurso Público Nacional Unificado (CNU).

Os novos convocados nesta segunda lista deverão responder online "SIM" para participar do curso de formação, dentro da Área do Candidato no site do concurso unificado.

O prazo para resposta iniciado nesta terça-feira terminará nesta quarta-feira (12).

Apenas aqueles que responderem à convocação terão a vaga garantida.

Mulheres em cursos de ciências

A porcentagem de mulheres que se formam em cursos de ciências, tecnologia, engenharia e matemática no Brasil caiu quase pela metade desde a pandemia da covid-19.

Em 2019, 53% das mulheres que ingressaram em cursos dessas áreas se formaram, enquanto 37% dos homens receberam os diplomas.

Desde 2020, ambas porcentagens caíram, mas entre as mulheres a queda foi maior. Em 2023, 27% das mulheres e 23% dos homens concluíram a formação. Isso representa, para elas, uma queda de 48% na taxa de formação e, para eles, uma queda de 36%.

É proibido proibir

O plenário da Câmara dos Deputados aprovou, na terça, o Projeto de Lei 9133/2017, que estabelece sanções para escolas que recusarem a matrícula de alunos em todos os níveis e modalidades de ensino, sem que haja justificativa formal. O foco da medida é impedir a recusa reiterada de escolas particulares

em acolher matrículas de crianças e jovens, especialmente de pessoas com deficiência.

As penalidades previstas incluem desde advertência até a suspensão do credenciamento das escolas privadas junto ao Poder Público, o que pode impedir o seu funcionamento regular.

Combate à violência contra mulher

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) assinou, nesta terça, acordo de cooperação com a plataforma de entregas iFood para combater a violência contra a mulher.

Pelo documento, a plataforma vai capacitar profissionais que realizam entregas para que eles reconheçam pedidos silenciosos de socorro de mulheres que enfrentam situações de violência doméstica. Durante a cerimônia de assinatura do acordo, o presidente do CNJ e do STF, Luís Roberto Barroso, disse que a violência doméstica no Brasil é uma "epidemia".

Formação sobre saúde mental

O Projeto Nós na Rede vai ofertar curso voltado ao cuidado de pessoas que estão em estado de sofrimento mental para 42 mil profissionais da Rede de Atenção Psicossocial do Sistema Único de Saúde (Raps), com o objetivo de promover a transformação de vidas e a inser-

ção social.

Para manifestar interesse em participar do projeto, as secretarias estaduais e municipais de saúde de todo o país devem responder, até o dia 28 de fevereiro, o ofício-circular disponibilizado pelo Ministério da Saúde (MS).

Uso de internet por crianças entre 6 e 8 anos dobrou

Pandemia intensificou a utilização de tecnologias digitais

Nos últimos dez anos, o uso de internet e a posse de aparelho celular cresceram entre as crianças brasileiras até 8 anos. Considerando-se a faixa etária de 0 a 2 anos, a proporção de crianças usuárias de internet saltou de 9% em 2015 para 44% no ano passado. Já na faixa etária de 3 a 5 anos, o salto foi de 26% para 71% no mesmo período e, entre 6 e 8 anos, o uso dobrou, passando de 41% para 82%.

Os dados estão no estudo inédito produzido pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br), departamento do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br), que foi lançado nesta terça-feira (11), durante o Dia da Internet Segura, que está sendo celebrado em um evento na capital paulista. O estudo foi feito com base nas pesquisas TIC Domicílios e TIC Kids Online Brasil referentes ao período entre 2015 e 2024.

"Esse dado precisa ser melhor investigado no futuro para a gente entender quais são os tipos de uso. A gente sabe que muitas vezes esse uso é para as-



Estudo foi lançado na terça-feira (11), durante o Dia da Internet Segura

sistir programas ou conteúdos, não necessariamente é um uso muito ativo da internet. Mas isso já mostra que a tecnologia está presente nos domicílios para essa faixa etária", explica o coordenador-geral de pesquisas do Cetic.br, Fábio Senne.

A proporção de crianças que possuem celular próprio subiu entre 2015 e 2024: de 3% para 5% na faixa de 0 a 2 anos; de 6% para 20% na de 3

a 5 anos e de 18% para 36% na faixa etária de 6 a 8 anos.

No caso do computador, no entanto, aconteceu o contrário. Em 2015, 26% das crianças de 3 a 5 anos e 39% das de 6 a 8 anos utilizavam esse tipo de equipamento. Em 2024, as proporções diminuíram para 17% e 26%, respectivamente.

O estudo apontou ainda que o uso de tecnologias digitais por crianças de até 8 anos varia con-

forme as condições econômicas, sendo menor entre os mais pobres. Entre as crianças de domicílios de classes AB, por exemplo, 45% daquelas com idades de 0 a 2 anos, 90% das de 3 a 5 anos e 97% das de 6 a 8 anos foram usuárias da internet em 2024. Na classe C, as porcentagens foram de 47%, 77% e 88%, respectivamente. Já entre as de classes DE, os mesmos indicadores somaram 40%, 60% e 69%.

Crimes cibernéticos: denúncias caem

Em 2024, as denúncias de crimes cibernéticos caíram no Brasil. A Central Nacional de Denúncias de Crimes Cibernéticos da organização não governamental SaferNet recebeu 100.077 novas ocorrências [não repetidas] desse tipo de crime, 50.770 a menos que em 2023 - uma redução de 33%.

Desse total do ano passado, 52.999 se referiam a crimes relacionados a imagens de abuso e exploração sexual infantil, o que representou queda de 26% em relação a 2023, quando houve recorde absoluto da série histórica iniciada em 2006.

Essa redução nas denúncias, no entanto, não significa diminuição desses crimes, ressaltou o presidente da SaferNet, Thiago Tavares.

"A série caiu em relação ao ano passado, que foi o pico da série histórica. Esse dado [de 2024] é o quarto maior da série, ou seja, o quarto maior em 19 anos. Então, o número diminuiu em relação ao ano passado, mas se você comparar com



Redes sociais são usadas como iscas para conteúdo ilegal

outros anos, ele é um total ainda muito expressivo", ressaltou.

Alguns fatores podem explicar a redução nas denúncias. Uma delas, segundo Tavares, é a mudança na forma pela qual esses conteúdos têm pontificado na internet.

"Eles têm circulado menos na web pública, ou seja, na web aberta e têm [sido vistos mais] em espaços fechados como, por exemplo, grupos em aplicativos de troca de mensagens. E aí, para você denunciar

aquele grupo, você tem que ser membro dele. E se você é membro de um grupo, você não vai denunciá-lo porque você se interessa pelo conteúdo que circula ali", disse ele.

Outra explicação possível para a queda é o fato de que as redes sociais têm sido utilizadas como iscas para o conteúdo ilegal.

"O conteúdo não é publicado diretamente na rede social, mas é uma isca. Elas acabam sendo usadas para atrair esse

usuário e conduzi-lo para esses espaços mais fechados, onde essas imagens circulam livremente e são vendidas muitas vezes", disse Tavares, em entrevista à Agência Brasil.

O ano de 2024 também acusou queda de 49% nas denúncias únicas de crimes de ódio relacionados a casos de racismo, intolerância religiosa, xenofobia, neonazismo, LGBTfobia, misoginia ou crimes contra a vida. Em todo o ano passado foram feitos 14.108 relatos desse tipo de crime à SaferNet.

Este foi o primeiro ano eleitoral - desde 2018 - em que a ONG recebeu menos denúncias de crimes de ódio em relação ao ano anterior.

"A gente veio numa sequência de altas sucessivas dos crimes de ódio em eleições, principalmente nas eleições gerais, quando há disputa dos cargos de presidente da República e também para o Congresso Nacional. Nas eleições locais elas são mais pulverizadas", explicou Tavares.

STF

Revisão da Lei da Anistia para ocultação de cadáver

O Supremo Tribunal Federal (STF) registrou na terça a maioria de votos para decidir que a Corte vai analisar se a aplicação da Lei de Anistia ao crime de ocultação de cadáver é constitucional.

No plenário virtual, a Corte julga um pedido do ministro Flávio Dino, relator do caso, para que os demais ministros reconheçam a repercussão geral do resultado do julgamento, ou seja, a aplicação da futura decisão a todos os processos semelhantes que tratam da questão.

Até o momento, os ministros Luiz Fux, Luís Roberto Barroso, Cármen Lúcia, Alexandre de Moraes e Edson Fachin acompanharam o relator.

STJ

Lei de Recuperação Judicial e Falências

A Secretaria de Biblioteca e Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) disponibilizou a edição 252 de Jurisprudência em Teses, comemorativa dos 20 anos da Lei de Recuperação Judicial e Extrajudicial e Falências (Lei 11.101/2005), com uma seleção de recursos repetitivos e súmulas que tratam do assunto.

A equipe responsável pelo produto destacou duas teses.

A primeira diz que o juízo da recuperação judicial não é competente para decidir sobre a constrição de bens não abrangidos pelo plano de recuperação da empresa (Súmula 480 do STJ).

TSE

TSE reafirma combate à desinformação nas redes

Na última terça-feira (11), foi celebrado o Dia da Internet Segura 2025, data que é referência mundial sobre o uso consciente das tecnologias associadas à internet.

Uma das instituições públicas do mundo mais engajadas nas ações de combate à desinformação, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) reafirma seu compromisso com a navegação segura e divulgação de conteúdo confiável e de qualidade na web.

Há 21 anos, a data é celebrada por organizações públicas e privadas dos 180 países que aderiram a práticas de segurança na internet.

TCU

Financiamento da atenção em saúde e melhorias

O Tribunal de Contas da União, por meio da Unidade de Auditoria Especializada em Saúde e do Instituto Serzedello Corrêa, informa que estão abertas inscrições para o encontro "Cuidado de saúde baseado em valor e sustentabilidade dos sistemas universais de saúde".

O curso acontece no dia 24 de fevereiro e pretende sensibilizar os potenciais atores interessados no modelo atual de financiamento da atenção em saúde para a importância dos requisitos fundamentais à entrega de valor ao usuário do SUS. A abertura será feita pela secretaria de Controle Externo de Desenvolvimento Sustentável do TCU, Vanessa Lopes de Lima.